

Editorial

João Cândido da Silva

Director-adjunto



A arma dos “swaps”

 A investigação do Parlamento ao caso dos “swaps” transformou-se, no seu aspecto mais visível, numa arma de pressão e de tentativa de fragilização da ministra das Finanças. Mas os sucessivos depoimentos que já foram produzidos deixam à vista pormenores reveladores sobre o passado recente das relações entre o Estado e as empresas de que é responsável. Merecem, pelo menos, tanta atenção quanto a matéria que tenha potencial para comprometer Maria Luís Albuquerque.

Já se sabe que quem se encontra em situação de necessidade e tem de negociar um financiamento fica em posição de grande vulnerabilidade. Por mais hábil e talentoso que seja o gestor que está colocado naquela situação, as suas hipóteses de fazer bons negócios não são nulas, mas também não são radiosas. E, nas empresas dominadas pelo Estado, as práticas de quem as tutelou nunca foram favoráveis à criação de condições para uma administração saudável, criteriosa e racional dos negócios. Sobretudo naquelas que estão mais sujeitas a verem os seus destinos serem comandados por motivações políticas de curto prazo.

Nos transportes, por exemplo, os constrangimentos na definição de preços dos serviços desencadearam uma acumulação de défices que o Estado não cobriu. Para manterem as empresas em operação, os gestores tiveram de recorrer a financiamento bancário, somando passivos gigantescos que, em última instância, são responsabilidades que pertencem a um Estado que já carrega uma dívida pública merecedora do estatuto de “insustentável”. O subfinanciamento das empresas foi uma forma de empurrar o problema para a frente, na esperança de que a factura, que havia de chegar, aterrasse em cima da mesa do Ministério das Finanças num futuro incerto, mas em que a dor-de-cabeça já tivesse de ser suportada por um qualquer sucessor.

Sem apoio do Estado, mas pressionadas para fazerem obra e investirem como se fossem meras ferramentas de propaganda do poder político, as empresas que contrataram “swaps” ficaram à mercê das condições que lhes fossem impostas para acederem aos recursos financeiros de que necessitavam. Com uma mão, os bancos davam o financiamento que era pedido. Com a outra, sugeriam que se assinasse um documento como condição decisiva para aceder à preciosa liquidez. Qualquer cliente de uma instituição financeira já enfrentou uma situação semelhante. Melhores condições num serviço ou num produto, dependem da subscrição de outro serviço ou produto que não foi pedido, mas teve de ser incluído no pacote.

Nuns casos, as administrações subscreveram contratos com o único objectivo de se protegerem do risco de subida da taxa de juro, embora o tenham feito na pior altura, precisamente quando o preço do dinheiro ia descer. Noutros, terão ficado agradados com o potencial dos “swaps” para ajudarem a compor as contas perante um accionista de má qualidade, mas exigente. E terão existido casos em que, como sucedeu em empresas privadas, as noções sobre aquilo que se estava a assinar eram voláteis como éter.

A comissão que investiga o caso dos “swaps” devia serenar, ter mais respeito pelos contribuintes sobre quem pesam os prejuízos que os seus impostos têm de pagar e dedicar-se a fazer um trabalho sério e profissional. No que diz respeito aos gestores, os deputados prestariam um excelente serviço ao país, caso apurassem as circunstâncias em que cada “swap” foi contratado. Seria uma forma de identificar, com clareza e sem demagogia, quais foram e de onde apareceram os incentivos perversos que abriram mais um buraco nos cofres públicos.